

**VIOLÊNCIA E ESTEREOTIPIA NOS CONTOS “ROLÉZIM”, “A HISTÓRIA DO PERIQUITO E DO MACACO” E “ESPIRAL”, DE GEOVANI MARTINS**

**VIOLENCE AND STEREOTYPING IN THE TALES “ROLÉZIM”, “A HISTÓRIA DO PERIQUITO E DO MACACO” AND “ESPIRAL”, BY GEOVANI MARTINS**

João Pedro Carneiro de Freitas<sup>1</sup>

Weverson Dadalto<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar como sujeitos periféricos são alvos de violência, estereotipia e estigmatização nos contos “Rolézim”, “A história do periquito e do macaco” e “Espiral”, da obra *O sol na cabeça*, de Geovani Martins. Os discursos pejorativos que circundam o grupo periférico e marginalizado resultam em exclusão e legitimam a política de extermínio institucionalizada pelo Estado por meio de seus instrumentos legais. Para a elaboração deste artigo, foram utilizados estudos bibliográficos que, apesar de serem discutidos em diferentes campos de pesquisa, convergem no mesmo ponto, que é a vulnerabilidade do sujeito periférico. O recurso do escritor à ficção para a apresentação desses problemas se justifica por sua própria voz: Martins não só nasceu, viveu e vive na periferia, como também escreveu seus contos inspirado em sua vivência. Dessa forma, a verossimilhança de seus textos torna-se material legítimo de análise para a identificação de como a violência, a estigmatização e estereotipia impactam a vida da população que mora em periferias.

Palavras-chave: Geovani Martins. Estigmatização. Estereotipia; Periferias urbanas. Violência.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze how peripheral people are victims of violence, stereotyping and stigmatization through fiction in the short stories “Rolézim”, “A História do periquito e do macaco” and “Espiral” from the book *O sol na cabeça* by Geovani Martins . The pejorative discourses that surround the peripheral, marginalized group result in exclusion and legitimize the extermination policy institutionalized by the State through its legal instruments. To support this article, studies were used that, despite being discussed in different professional areas, converge on the same point, which is the vulnerability of the peripheral subject. The use of fiction to analyze these factors is justified by the place of speech of the author who wrote the stories. Martins was born and raised in periphery and still lives in the periphery , by the way, he also wrote those short stories inspired by his life experience. In this way, the verisimilitude of their texts becomes legitimate material for analysis and to identify how violence, stigmatization and stereotyping impact the lives of the population living in peripheral areas..

Keywords: stigmatization and stereotyping; peripheral; Geovani Martins; violence.

---

<sup>1</sup> Graduando em Curso de Licenciatura em Letras-Português - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Vitória. E-mail: joaopcfreitas3@gmail.com..

<sup>2</sup> Professor orientador Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Vitória. E-mail: weverson.dadalto@ifes.edu.br.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo analisar a apresentação da vulnerabilidade da população periférica nos contos “Rolézim”, “Espiral” e “A história do periquito e do macaco”, da obra *O sol na cabeça*, de Geovani Martins (2018). O livro suscita a reflexão sobre as noções de estigmatização, violência estrutural e estereotipia presentes na sociedade brasileira contemporânea. Com uma abordagem sensível e urgente, o autor aborda temas que se mostram complexos em suas personagens. A escolha dos contos e do autor deu-se pelo fato de ele conseguir exemplificar o cotidiano de muitos jovens periféricos de um jeito que permite uma proximidade com o leitor, seja pela forma de narrar simulando a oralidade como fator de aproximação, seja pelas experiências que as personagens vivem. Com uma linguagem simples e cativante, ele não só torna a leitura amistosa, mas também provoca uma sensação de relato, como se o narrador estivesse conversando com leitor.

Martins consegue encenar a estigmatização enfrentada por moradores das periferias que são constantemente associados à violência e ao crime por causa de discursos pejorativos. Ele mostra que essa estigmatização não é apenas um estereótipo, mas uma realidade que afeta a vida e as perspectivas dessas pessoas de forma negativa. Além disso, a violência estrutural é constantemente tematizada na obra do escritor, haja vista que os marginalizados são muitas vezes privados e/ou abandonados pelo Estado, quando não são vítimas de violência legalizada e institucionalizada sob a justificativa de serem a causa da criminalidade e de um mal-estar social.

Os contos que aqui serão analisados mostram como a estereotipia imposta sobre grupos periféricos consegue reduzi-los e depreciá-los. Calcada em opressão, a sociedade contribui sistematicamente para a desumanização desses sujeitos, bem como o Estado reforça uma estereotipia e promove políticas de extermínio contra eles. Assim, inicia-se o presente trabalho com uma rápida análise sobre a violência, a estigmatização e a estereotipia sofridas por sujeitos periféricos elucidados nos três contos selecionados de Geovani Martins. Para isso, partiu-se dos estudos de Jaime Ginzburg (2018), Ruth Tainá Aparecida Piveta e Flavia Fernandes de Carvalhaes (2017), Weverson Dadalto (2023), Luís Fernandes (2014),

Judith Butler (2019), Lisiani Coelho e Alfeu Sparemberger (2020), Ariane Floriano da Silva e Gustavo Noronha de Ávila (2015) e João César de Castro Rocha (2007). Todos estes autores foram fundamentais para o desenvolvimento do presente artigo.

Esses estudos discorrem sobre periferia, formas de violência, estigmatização e literatura e permitiram que as análises pudessem acontecer de forma coerente e reflexiva. Não há a intenção de propor um veredito impondo que todos os periféricos sofrem violência, ou estigmatização, ou estereotipia, ou que toda polícia é corrupta, ou ainda que toda a sociedade é preconceituosa. A intenção por trás deste estudo é analisar como a verossimilhança nos contos pode apresentar um grupo social vulnerável e permitir uma reflexão sobre como a sociedade reproduz discursos que, por mais sutis que sejam, têm o poder de desumanizar, segregar e exterminar vidas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Foram adotadas, como referenciais teóricos para este artigo, pesquisas de estudiosos ligados à literatura, à sociedade, à violência e ao preconceito. Dessa forma, pode-se analisar elementos textuais dos contos de Geovani Martins associados a certos aspectos da sociedade contemporânea brasileira e à ficção produzida pelo autor.

O primeiro estudo escolhido foi o artigo “Autoritarismo e literatura: a história como trauma”, de Jaime Ginzburg. Não convém discorrer sobre estigmatização e violência sem entender como a história da sociedade brasileira é marcada por autoritarismo e opressão e como a literatura remete ao âmbito social, extrapolando a forma estética. O Brasil é violento desde sua fundação, ou seja, a sua formação social é banhada em autoritarismo, opressão e violência, o que contribuiu para uma desumanização sistemática de uma parcela da sociedade, a qual se desvia dos padrões vigentes. Dessa forma, a “constituição do sujeito, contextualizada na formação social brasileira, é abalada desde suas bases pelo solo violento e destrutivo em que se desenvolve” (Ginzburg, 2018, p. 7).

Encarar a realidade da formação social do Brasil causa perplexidade pois as marcas do contexto social e opressor expressadas na literatura explicitam como a história é violenta, pesando sobre a sociedade como um trauma.

Na medida em que percebemos como a História é violenta, como o autoritarismo nos marca profundamente, como os antagonismos sociais são radicalmente difíceis, como nossa experiência não é passível de fácil entendimento, é acentuada nossa perplexidade. Ficamos perplexos porque a História pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender, e representá-la, considerando sua complexidade, exige uma atitude de renovação, perante as limitações dos recursos de linguagem convencionais” (Ginzburg, 2000, p. 45).

Voltando algumas centenas de anos, na colonização do solo brasileiro pelos europeus, tem-se o primeiro exercício do autoritarismo entre o Estado e a classe dominante, em que o governo de Portugal desenvolve uma política exploratória causadora da dizimação de diversos povos originários. Poucos anos depois, tem-se a escravização de negros, também marcada pela extrema violência sustentada pelo Império. Ainda é possível citar outros períodos em que o Estado é o responsável pelo exercício do autoritarismo e da opressão, como no período republicano e na ditadura. Aparentemente o Estado monopoliza a violência, o que se pode perceber “quando observamos a presença impressionante da violência, sobretudo da violência a serviço do Estado, em nossa formação histórica” (Ginzburg, 2000, p. 49).

No segundo artigo, “A juventude das periferias como alvo da violência: uma análise sobre enunciados difundidos pela sociedade brasileira”, de Ruth Tainá Aparecida Piveta e Flavia Fernandes de Carvalhaes (2017), são analisados discursos que correlacionam jovens moradores da periferia a pressupostos pejorativos que contribuem para a estigmatização do grupo/sujeito periférico e a criação do adjetivo depreciativo “marginal”. O tema conversa muito bem com o artigo de Ginzburg à medida que as autoras discorrem sobre como o Estado responde sobre o aumento generalizado da insegurança defendendo a ação truculenta da polícia contra a periferia, a qual é alvo de práticas de violência e extermínio dos sujeitos/grupos estigmatizados.

A rotulação da periferia dissemina um discurso de noções classistas e racistas correlacionando o sujeito periférico a pressupostos pejorativos que “se apresentam como ‘lendas’ que contribuem na delimitação de padrões normatizantes na população brasileira” (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 279). A banalização do “marginal” valida a violência sistemática contra minorias, não recaindo apenas sobre os ditos criminosos/perigosos para a sociedade, “mas são evidentes os processos

crescentes de estigmatização sobre os movimentos juvenis populares, condenando-os à invisibilidade e/ou à prescrição, balizadas por noções de desvio, delinquência e desumanidade” (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 280).

Ao relacionar Ginzburg (2000) com Piveta e Carvalhaes (2017), mostra-se de suma importância o terceiro capítulo da tese de doutorado de Weverson Dadalto (2023), que, citando Mario Stoppino, lembra que “ao governo cabe o monopólio da violência”, pois o governo legitima a interferência violenta de forças especializadas do Estado (como a polícia e o exército) contra grupos estigmatizados. É fatídico que o governo utilizará da violência como uma forma tendenciosa, exclusiva e “coerciva”, que, por um lado, declarará ilegítimo qualquer uso de violência que não envolva o poder político (ou seja, não é diretamente autorizado por governantes políticos), mas, por outro lado, permitirá que ocorram outras formas de violência, legitimando-as ou tolerando-as. Essa violência, que é legalizada pelo Estado, é justificada por “noções de normalidade que, historicamente, se materializam em dispositivos de disciplinamento da população” (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 282) e que, por ser um método coercivo, permite a segregação, a punição e a exterminação de sujeitos ou grupos desviantes da ordem social vigente.

Ao referir anormalidade, compreende-se que ela é constituída “[...] como signo de perigo, sendo esta fundamental para a legitimação de noções de normalidade que, historicamente, se materializam em dispositivos de disciplinamento da população” (Foucault, 2010 *apud* Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 282).

Vale ressaltar o ensaio “A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a ‘dialética da marginalidade’”, de João César Castro Rocha (2007), que discorre sobre a negligência social perante o povo periférico. O autor percebe como apresentação da vida nas periferias acontece de forma que os relatos são passados por pessoas que não participam dessa vivência, não fazem parte dessa realidade. Dessa forma, as narrativas ocorrem não pelo próprio marginal, mas por alguém de fora desse contexto.

Fotógrafos, cineastas, escritores, antropólogos, críticos literários, todos nós temos nossa própria parte no despertar de um interesse internacional nas vidas, esperanças e sonhos dos excluídos. Mas quanto a eles, quanto aos próprios excluídos? Eles melhoraram seu padrão de vida por causa dessa exibição? (Rocha, 2007, p. 30).

Assim, quando um autor periférico tem a oportunidade de relatar as experiências vividas por ele, além de exercer um papel ético por representar seu local de fala, ele denuncia uma estigmatização e reforça seu lugar social, mostrando como a sociedade é violenta e preconceituosa. Essa é a base fundadora da dialética marginal, pautada “no princípio da superação das desigualdades sociais através do confronto direto em vez da conciliação, através da exposição da violência em vez de sua ocultação” (Rocha, 2017, p. 36).

À luz de Rocha, o artigo “Geovani Martins e a ‘dialética da marginalidade’: uma análise dos contos ‘Rolézim’ e ‘Espiral’, de Lisiani Coelho e Alfeu Sparemberger”, analisa como a periferia é descrita nos contos “Rolézim” e “Espiral”, de Geovani Martins, com ênfase no modo como o discurso acontece, nas falas das personagens, nos preconceitos vividos pelos periféricos e na forma de narrar. O estudo não só analisa os contos, mas também compartilha da ideia de Rocha sobre a “dialética marginal” ao argumentar que esse tipo de literatura surge como objeto de resistência, não do ponto de vista de um outrem fora do contexto social que narra, mas na voz do próprio oprimido que conta sua história.

Trata-se, agora, do próprio oprimido dando voz à sua história e à de sua comunidade: “a melhor definição prática do que tenho chamado de ‘dialética da marginalidade’ é assumir controle da própria imagem, expressar-se com a própria voz” (Coelho e Sparemberger, 2020, p. 94 *apud* Rocha, 2007, p. 50).

Indo além da crítica social, Lisiani e Sparemberger analisam a estrutura dos contos e descrevem como a oralidade e as expressões são formas significativas da literatura marginal, não recaindo apenas na temática, mas também na estruturação dos relatos. Os aspectos formais possibilitam que os textos alcancem o máximo de proximidade com a representação do cotidiano de um morador da favela.

É essencial destacar, ainda, e como já indicado, uma das características mais marcantes do conto: o narrador protagonista utiliza a oralidade na construção de sua escrita (funcionando como um relato oral durante diálogo com seu interlocutor silencioso)” (Lisiani e Sparemberger, 2020, p. 96).

O artigo “A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência cotidiana”, de Luís Fernandes, propõe uma concepção em torno da fluidez de expressões como “exclusão social” e “violência”. O autor delimita referentes sociais e os articula com planos institucionais. Para isso, ele realizou

trabalhos de campo etnográfico em diferentes momentos, em bairros periféricos do Porto, objetivando caracterizar esses territórios que vulgarmente estão associados a uma noção de “bairros problemáticos”, ou “bairros de drogas”, entre outros termos pejorativos. O estudo proposto por Fernandes (2014) foi realizado em Portugal, uma localidade com situações e problemas diferentes da sociedade brasileira. Apesar disso, tal pesquisa consegue convergir com as noções de estereótipos dos outros estudos utilizados aqui neste artigo. Segundo Fernandes (2014, p. 179), “se reconhecemos, enquanto sociedade, que há pessoas, grupos e territórios excluídos, é porque admitimos existir um conjunto de mecanismos que colocam em situação de grande dificuldade esses indivíduos, grupos e territórios”.

Outro estudo de extrema relevância para o desenvolvimento deste artigo foi “O estigma do jovem morador da periferia: um ‘rolezinho’ criminológico sobre preconceito”, de Ariane Floriano da Silva e Gustavo Noronha de Ávila. O trabalho dos autores tem por objetivo propor uma análise criminológica do preconceito e suas implicações jurídicas em jovens periféricos como consequência das estereotípias e estigmatizações que esses jovens sofrem. Além dessa análise, eles verificam como os “rolezinhos”, que são encontros de jovens moradores das periferias em grandes e valorizados centros, geram conflitos que mesclam um teor jurídico e político.

Sob esse viés, viu-se que o estigma do jovem morador da periferia elevou os atos, a princípios idealizados como pacíficos passeios em busca de simples diversão, às pautas políticas de visibilidade social e estudo dos preconceitos. Assim, inicia-se o presente trabalho com uma rápida análise sobre o estudo dos estigmas e metarregras, em especial àqueles que envolvem o adolescente suburbano (Silva e Ávila, 2015, p. 218).

Silva e Ávila (2015) apresentam os conceitos de estigmas e metarregras. De teor jurídico, a noção de metarregra significa “[...] mecanismos constituídos de regras, princípios e atitudes subjetivas que influenciam o operador do direito no momento de aplicação da regra jurídica” (Bacila, 2014, p. 16 *apud* Silva e Ávila, 2015, p. 219). O estudo desses autores está ligado principalmente à área jurídica, com termos que não seriam diretamente pertinentes ao presente artigo. Mesmo assim, no âmbito da crítica literária desenvolvida nesta pesquisa, interessa especialmente a noção de estigmatização e como ela contribui para a exclusão e a formação social de sujeitos periféricos vulnerabilizados social e juridicamente. Dessa

forma, o estudo de Silva e Ávila (2015) teve um importante papel na escrita do presente artigo.

Vale ainda ressaltar o primeiro capítulo do livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, de Marilena Chauí. Nesse recorte, a autora toma o conceito de mito no sentido etimológico e antropológico, fazendo com que o mito seja uma narrativa de soluções de níveis imaginários para problemas, as quais consequentemente se mostram incapazes de resolver tensões e conflitos nos níveis da realidade. Além disso, Chauí afirma que uma problemática é a reverberação que o mito pode fluir, ou seja:

[...] mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (Chauí, 2000, p. 5).

Conectando com o que Chauí (2000) afirma, pode-se perceber a estereotipia e estigmatização justamente como um impulso à repetição de discursos com valores pejorativos, depreciativos e enraizados em um imaginário social que vulnerabiliza, agride e segrega grupos e sujeitos, colocando-os em uma situação marginalizada.

Por fim, o presente artigo utiliza-se do conceito de “vidas enlutáveis”, de Judith Butler (2019), para embasar argumentos que afirmam a seletividade do luto. Para o grupo marginalizado – no caso deste artigo, o sujeito periférico –, por ser visto como mal-estar social, vítima de preconceitos, violências, estereotipia e estigmatização, não há uma comoção social perante a eliminação de vidas causada pelos discursos desumanizadores que afetam esse grupo.

Não se trata apenas, então, de um “discurso” de desumanização que produz esses efeitos, mas sim da existência de um limite ao discurso que estabelece os limites da inteligibilidade humana. Não é só que pouca evidência é dada a uma morte, mas sim que ela é impossível de ser evidenciada. Tal morte desaparece, não no discurso explícito, mas nas resistências pelas quais o discurso público caminha (Butler, 2019, p. 55).

Portanto, o luto (como ato político e não individualizado) pelos sujeitos periféricos, numa escala social ampla, é indiferente ou inexistente. Por assim dizer,



são vidas que não merecem serem vividas pois estão à margem da sociedade e são vistas como problema de segurança pública.

A violência contra aqueles que já não estão exatamente vivos, ou seja, estão vivendo em um estado de suspensão entre a vida e a morte, deixa uma marca que não é uma marca. Não haverá nenhum ato público de luto (disse Creonte em *Antígona*). Se existisse um “discurso”, ele é silencioso e melancólico, e nesse discurso não existiram vidas, ou perdas; não existiu nenhuma condição física comum, nenhuma vulnerabilidade que servisse de base para a compreensão da nossa coletividade; e não existiu nenhuma separação dessa coletividade. Nada disso tem lugar na ordem dos acontecimentos. Nada disso acontece. Na resposta silenciosa do jornal, não houve nenhum acontecimento, nenhuma perda, e essa falha de reconhecimento é imposta por meio de uma identificação com aqueles que se identificam com os autores dessa violência (Butler, 2019, p. 57).

A utilização de todos esses estudos no presente artigo contribui não apenas para uma análise textual dos contos de Geovani Martins, mas permite uma reflexão que correlaciona a vida do autor com os contos por ele escritos. Dessa forma, o estudo aqui não se vale apenas de uma exposição analítica textual, mas também de um aprofundamento sobre como a estigmatização da periferia é exposta nos contos de um autor marginal.

### **3. APRESENTAÇÃO DO AUTOR**

Geovani Martins é um escritor brasileiro que despontou no cenário literário nacional com o lançamento do seu livro de estreia, *O sol na cabeça*, em 2018. Nascido em 1991, foi criado em uma favela no bairro Bangu, no Rio de Janeiro, e aos 13 anos mudou-se para outra periferia no Vidigal, zona sul da cidade carioca. A obra foi bem recebida pela crítica e pelo público, com mais de 50 mil cópias vendidas no Brasil, e foi recomendada pelo Plano Nacional de Leitura em Portugal. O livro é considerado uma apresentação pertinente da realidade das periferias brasileiras por conseguir exemplificar a complexidade das vivências dos personagens, sem romantizar ou estereotipar a favela, uma vez que os contos são baseados ou inspirados por eventos que o próprio autor viveu. Dessa forma, o que ele transparece é que as personagens dos contos são baseadas em seres humanos que são apresentados de forma complexa e humanizada, expondo suas angústias, sonhos e desejos, mesmo em meio a um ambiente hostil. A obra representa um

importante marco na literatura brasileira contemporânea ao reforçar, no centro do debate, temas sobre a marginalização e os marginalizados e ignorados socialmente pelo Estado e por grande parte da sociedade. Conforme apresentação do escritor em texto publicado pela revista *Época*, “antes mesmo de chegar às livrarias brasileiras, o livro já foi vendido para nove países — a China, inclusive. Os direitos de adaptação cinematográfica foram adquiridos pelo produtor Rodrigo Teixeira. Karim Aïnouz será o diretor” (Martins, 2018b).

Em *O sol na cabeça*, Geovani Martins utiliza uma linguagem majoritariamente coloquial e direta (em quase todos os contos) para contar as experiências vividas por personagens que se assemelham a ele próprio e aos seus vizinhos na favela. O livro é composto por treze contos, cada um narrando uma história diferente, mas todas conectadas pela tematização da vida nas periferias.

É claro que me ajudou, e muito, o fato de eu falar usando as gírias dos personagens do livro. Tenho facilidade para me adaptar às muitas formas de falar o português brasileiro e como já morei em favelas sob comando de todas as três facções do Rio, e ainda numa dominada pela milícia, acabei tendo contato com as particularidades de cada região. Mas transformar isso em literatura não é fácil (Martins, 2018b).

Os contos exploram a violência urbana, as desigualdades sociais nas periferias brasileiras, as dificuldades enfrentadas pelos jovens, a relação com a polícia e os sonhos e esperanças que permeiam o cotidiano dessas comunidades. O conto “Sextou” narra, em primeira pessoa, a vida de um morador da periferia que consegue juntar dinheiro para comprar um baseado e pagar as contas em casa quando é abordado por policiais na estação de trem quando retornava para casa. Para não ser preso por portar droga, o narrador aceita a sugestão do policial de dar o dinheiro em troca da “vista grossa”:

Nessa hora percebi que nenhum deles usava a identificação na farda, fiquei bolado deles forjarem um flagrante pra mim e me fazerem assinar o 12. Além do mais, ninguém podia me garantir que saindo dali eu ia parar na delegacia. Podiam muito bem sumir comigo e ficar com a grana. Sabia que ia perder, mas não conseguia acreditar (Martins, 2018, p. 96).

A violência é um tema recorrente nos contos analisados neste artigo – “Rolézim”, “A história do Periquito e do Macaco” e “Espiral”. Por meio de relatos de tiroteios, confrontos com a polícia ou presença constante do tráfico de drogas, o autor apresenta uma realidade invisibilizada e/ou estigmatizada, problematizando

essa violência não apenas como um problema individual, mas como um reflexo de um sistema social desigual em uma sociedade que foi constituída através de atos violentos – em diferentes aspectos – e de autoritarismo, normatizando-os no cerne social. Segundo Ginzburg (2001, p. 123), essas “[...] práticas autoritárias, associadas à violência e ao reforço das desigualdades sociais, são matéria básica de nossa constituição social”.

No artigo “Geovani Martins e a ‘dialética da marginalidade’: uma análise dos contos ‘Rolézim’ e ‘Espiral’”, Lisiani Coelho e Alfeu Sparemberger exploram a temática central da obra de Martins e sua representação da marginalidade por meio da análise dos contos mencionados no título. Os autores destacam a forma como Martins utiliza a linguagem coloquial e suas gírias para dar voz aos personagens e ficcionalizar de forma verossímil a realidade das favelas. Citando João César de Castro Rocha, Coelho e Sparemberger afirmam:

Narradores e personagens encontram-se no campo dos excluídos, demonstrando que uma formação social capaz de conciliar contrários/opostos agoniza. Este é o palco da disputa simbólica, da “guerra” entre relatos que exige uma “nova” metodologia para a análise da “natureza conflitiva da vida cotidiana brasileira” (2020, p. 2).

Sobre o conto “Rolézim”, Coelho e Sparemberger analisam a vida cotidiana do protagonista, um jovem morador da periferia (anônimo como muitos outros) que sai da favela em direção à praia num dia de verão e é abordado por policiais quando está voltando para casa. Os críticos destacam a forma como Martins aborda o julgamento das pessoas sobre o protagonista, mostrando a violência simbólica nas estereotípias sobre pessoas periféricas e detalhando como ocorrem a violência e a opressão presentes no cotidiano de alguém que mora na favela.

Já sobre o conto “Espiral”, Coelho e Sparemberger exploram também a temática da violência simbólica e a forma como ela afeta a vida de pessoas nas favelas. Eles destacam o personagem principal, um jovem estudante anônimo e morador de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, que começa a seguir pessoas que se sentem intimidadas por ele.

O artigo de Coelho e Sparemberger discorre sobre o estudo da “Dialética marginal”, de João César de Castro Rocha (2007), destacando a fundação dessa dialética, que opta pelo confronto direto e pela “exposição da violência em vez da

sua ocultação”, ou seja, essa dialética proposta por Rocha (2007) afirma que não há mais espaço para uma romantização da vida periférica e exprime de forma nua e crua a violência que os marginalizados vivem. A análise dos contos feita por Coelho e Sparemerger (2020) conversa diretamente com Ginzburg (2001), mostrando como a violência e a opressão sistemática da estrutura social sustentam o exercício do autoritarismo, em variadas formas, para defender os interesses de uma elite dominante. Apesar de os contos não mencionarem diretamente os interesses dos dominantes para manter o poder, eles mostram explicitamente como o discurso opressor é perpetuado entre os oprimidos, inclusive utilizando-os como os próprios mantenedores desses discursos. Um exemplo disso seria a violência policial, narrada nos contos, que é legitimada e tolerada pelo Estado, pois este atribui aos policiais um poder de representação legal da ordem pública.

Dialogando com a ideia de Ginzburg (2000), o terceiro capítulo da tese *Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski*, de Weverson Dadalto (2023), reforça que “o autoritarismo brasileiro é estrutural, não episódico. A violência do direito funciona para manter essa organização social, isto é, está constituída para conservar a estrutura autoritária”. Nesse sentido, a obra de Geovani Martins denuncia três problemas estruturais abrangentes, que são a violência, a estigmatização e a estereotipia. Além disso, a primeira problemática é apresentada em seus diferentes aspectos, sendo a violência policial predominante nos contos analisados aqui neste artigo.

De fato, a violência policial sofrida pelos personagens periféricos evidencia uma realidade invisibilizada e marcada historicamente por repressão, descaso e negligência das formas de governos desde a fundação do solo brasileiro. Independentemente da marcação temporal, a base de sustentação do discurso violento e autoritário perpetua com um mesmo repertório, reorganizando e ganhando amplitude de sentido:

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (Chauí, 2000, p. 6).

Vale ressaltar o valor pejorativo atribuído ao termo “marginal”, que Coelho e Sparemberger destacam. Os autores enfatizam que a palavra não deve ser aplicada unicamente no sentido depreciativo, pois diminui um sujeito histórico e deslegitima a literatura marginal, um movimento que se manifesta “como um objeto de resistência de um sujeito socialmente oprimido, mas não do ponto de vista de um autor fora desta margem. [...] Trata-se, agora, do próprio oprimido dando voz à sua história e à de sua comunidade”. Logo, atribuir ao termo “marginal” um valor pejorativo permite que as estigmatizações sobre o que ele representa sejam validadas e continuem perpetuando um discurso depreciativo.

#### **4. ANÁLISE DO CONTO ROLÉZIM**

A análise produzida nesta seção refere-se ao conto “Rolézim”, da obra *O sol na cabeça* (2018), de Geovani Martins. A inclinação para este conto deu-se pela qualidade de exemplificar, através dele, o cotidiano de muitos jovens periféricos com suas vivências e como a violência estrutural da sociedade estigmatiza sujeitos marginais, que fazem parte da periferia. Desde olhares preconceituosos até ações truculentas da polícia, em algum momento esses jovens são vítimas e certamente vulneráveis à violência e à estereotipia.

O conto narra, em primeira pessoa, um dia na vida de um jovem periférico que vai à praia para se divertir com os amigos, quando são abordados por policiais. Os acontecimentos narrados pelo protagonista ocorrem no Rio de Janeiro, porém o lugar específico não é citado; sabe-se apenas que ele (o narrador) e os amigos desceriam (da periferia) para a praia. Peculiarmente, a narrativa não caracteriza fisicamente os personagens, tornando-os anônimos (talvez intencionalmente), além de suscitar questões sobre o uso de drogas e a violência estrutural consequente da estigmatização da favela. Martins usa termos e expressões típicas das ruas, simulando a oralidade na escrita (como em um relato) para construir a personagem, caracterizá-la e criar uma narrativa autêntica, que, a partir do ponto de vista do protagonista, mergulha no universo da periferia, aproximando o leitor da vivência do narrador e transmitindo uma abordagem realista da violência estrutural. O trecho seguinte – uma exemplificação sobre a rotulação sofrida pelo sujeito marginal por

parte da sociedade – explora a oralidade ao empregar aspectos da variedade linguística utilizada por muitos periféricos para inferir uma aproximação do leitor:

Quando finalmente os filho da puta decidiu meter o pé, outro perrengue: ninguém tinha seda! Mó parada, né não, menó? Vários pulmão de aço no bagulho e nenhuma seda. Pior é que perdemos um tempão só pra decidir quem ia na missão de arrumar a roupa. Ninguém queria pedir pros maconheiro playboy lá da praia, tudo mandadão, cheio de marra. Quando eles tão sozinho, olha pra tu tipo que com medo, como se tu fosse sempre na intenção de roubar eles. Aí quando tão de bondão, eles olha tipo que como fosse juntar ni tu. É foda (Martins, 2018, p. 9).

Além da estereotipia de padrões negativos, como o narrado acima, também está presente no conto a violência por meio de aparelhos especializados legais, como a polícia que perpetua os discursos pejorativos sobre o narrador (grupo vulnerável) através da vigilância dele e de seus amigos, vistos como suspeitos ou como ameaças para os considerados socialmente normais. Dessa forma, nota-se a opressão do Estado, que “pode permitir como legítimas ou toleráveis certas formas de violência” (Dadalto, 2023, p. 121). Tal violência exercida por agentes estatais, por mais silenciosa ou velada que seja, dissemina e corrobora discursos depreciativos sobre o sujeito periférico.

Nós tava tranqüilão andando, quase chegando no ponto já, aí escoltamos os canas dando dura nuns menó. A merda é que um dos cana viu nós também, dava nem pra voltar e pegar outra rua. Mas até então, mano, tava devendo nada a eles, flagrante tava todo na mente, terror nenhum. Seguimo em frente. Quando nós tava quase passando pela fila que eles armaram com os menó de cara pro muro, o filho da puta manda nós encostar também. Aí veio com um papo de que quem tivesse sem dinheiro de passagem ia pra delegacia, quem tivesse com muito mais que o da passagem ia pra delegacia, quem tivesse sem identidade ia pra delegacia. Porra, meu sangue ferveu na hora, sem neurose. Pensei, tô fodido; até explicar pra coroa que focinho de porco não é tomada, ela já me engoliu na porrada (Martins, 2018, p. 12).

O trecho acima exemplifica a violência estrutural legitimada pelo Estado e explicita discursos que, segundo Piveta e Carvalhaes (2017, p. 2), “implicam na correlação de jovens moradores das periferias a pressupostos pejorativos” que resultam na exposição dos marginais, representados pelo narrador, a práticas de violência em uma política de extermínio.

Segundo Goffman (1993), o estigma está comumente relacionado a um processo de construção de significados que se articulam na vida em sociedade. Ao sujeito (ou grupo) estigmatizado é conferida uma série de

atributos, que o circunscreve a uma noção estereotipada e desviante de existência (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 4).

A circulação desses estigmas resulta em uma letalidade desenfreada sofrida pelo grupo vítima. Piveta e Carvalhaes (2017) afirmam, embasadas em Foucault, que algumas articulações desses discursos são configuradas como lendas que são produzidas por diversas razões, resultando um “equivoco do fictício e do real” (Foucault, 2012 p. 207 *apud* Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 2). Logo, consoante as autoras, os enunciados que circulam em determinados discursos que deterioram o jovem morador da periferia são apresentados como lendas e contribuem nas delimitações de padrões normatizantes na sociedade.

A violência sistemática à juventude de periferia não incide apenas sobre os considerados em conflitos com a lei, ou seja, aqueles localizados como “perigosos” pela sociedade, mas são evidentes os processos crescentes de estigmatização sobre os movimentos juvenis populares, condenando-os à invisibilidade e/ou à prescrição, balizadas por noções de desvio, delinquência e desumanidade (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 4).

Piveta e Carvalhaes (2017), ao citar Foucault, afirmam que os destoantes de matrizes normativas – historicamente correlacionados a noções de heterossexualidade, branquitude, classe média e alta, entre outras construções sociais – “são comumente relacionadas à anormalidade, inadequação, imoralidade, desumanidade e incivilidade, como se essas expressões colocassem em risco a ordem política e social, o que justifica que elas sejam constantemente vigiadas, examinadas, internadas e, por vezes, exterminadas”. Piveta e Carvalhaes (2017) também comentam como a noção moderna de “anormalidade” impacta a juventude periférica do Brasil de modo que, “ao segregar, punir e/ou exterminar os ‘anormais’, busca-se garantir, pela via da coerção e do exemplo, a manutenção da ordem social vigente”:

Deste modo, ainda que a população em geral esteja cotidianamente exposta a redes de vigilância social, consideramos que as pessoas delimitadas em um plano discursivo como anormais estejam à mercê, de maneira mais violenta e evidente, dos efeitos coercitivos de práticas e discursos regulatórios. Tais efeitos são evidentes no cotidiano de jovens residentes de periferias [...] (Piveta e Carvalhaes, 2017, p. 282).

Além do que já foi mencionado sobre a “anormalidade”, vale ressaltar a noção de “vidas não lutáveis”, de Judith Butler. Assim, são consideradas “vidas não

lutáveis” aquelas que não merecem ser vividas, as vidas matáveis. Ora, se por um lado há a segregação e estigmatização de um sujeito ou grupo, compreendido como anormal, pelo outro há de ter uma ação de efeito mobilizador capaz de exterminar os desviantes e vice-versa. Dessa forma, os desviantes assumem um estatuto de vida passível de ser erradicada, extermínio este justificado pelos discursos que banalmente os nomeiam como desumanos, perigosos e, portanto, matáveis. Extrapolando o campo jurídico, essa estigmatização é disseminada em sociedade, legitimando as políticas de extermínio, como em uma simples fala do tipo “bandido bom é bandido morto”. Segundo Piveta e Carvalhaes (2017, p. 285), “cada sociedade decide quais seres humanos assumem estatuto de vidas que não merecem viver, fazendo valer seu status de soberania, para nomear aqueles tidos como desumanos e, portanto, matáveis”.

Em “Rolezim”, fica explícito como o jovem periférico é visado nos valores pejorativos e nas políticas de extermínio desde os olhares preconceituosos que ressaltam os estereótipos: “Tava os dois lá, de bobeira. Aí, quando chegou o Tico mais o Poca Telha pra pedir um bagulho pra eles, na humilde, ficaram de neurose, meio que protegendo a mochila, olhando em volta pra ver se num vinha polícia. Num fode!” (Martins, 2018, p. 10).

O conto encena também a ação do Estado, através de seus instrumentos institucionalizados, ao fazer manutenção dessas políticas que ceifam vidas em prol de um padrão tido como “normal”, “adequado”:

Quando nós tava quase passando pela fila que eles armaram com os menó de cara pro muro, o filho da puta manda nós encostar também. Aí veio com um papo de que quem tivesse sem dinheiro de passagem ia pra delegacia, quem tivesse com muito mais que o da passagem ia pra delegacia, quem tivesse sem identidade ia pra delegacia (Martins, 2018, p. 12).

Essa passagem do conto mostra justamente como os instrumentos de extermínio do Estado agem contra o grupo vítima, no caso, os periféricos. Não há diálogo, não há cidadania. Qualquer estereótipo ou conduta “suspeita” justifica em exclusão, banimento ou extermínio. Sendo a população periférica alvo de estereotipia constante, a simples existência dela é relacionada à criminalidade e à violência, injustamente responsabilizada pela falta de segurança na sociedade e alvejada por medidas de segurança pública tomadas pelo Estado. De fato, a



violência sofrida por jovens periféricos está totalmente ligada (como um efeito e causa) à estereotipia vinculada a eles.

Nas representações de senso-comum os múltiplos actores da “exclusão” sofrem uma rotação da situação de vítimas para a de agressores, sendo construídos no debate público como figuras da perigosidade. O exemplo mais claro é o dos jovens das periferias desqualificadas, olhados como membros de gangs e como traficantes de drogas, fazendo destes territórios verdadeiros casos de polícia (Fernandes e Pinto, 2004; Mucchielli e Le Goaziou, 2006, *apud* Fernandes, 2014, p. 179).

O sujeito periférico, por estar associado aos discursos que perpetuam estigmas que o relacionam a uma falha social, é sujeitado a uma “visão de um indivíduo perigoso, seja pela sua cultura, hipossuficiência financeira, idade ou localização de sua moradia” (Silva e Ávila, 2015, p. 226). Por permanecer relacionado ao crime ou às causas do mal-estar social, é violentamente controlado e/ou exterminado.

#### **4.1 ANÁLISE DO CONTO “A HISTÓRIA DO PERIQUITO E DO MACACO”**

“A História do Periquito e do Macaco” é um conto presente no livro *O sol na cabeça*, de Geovani Martins. A narrativa acontece com o narrador contando sobre a invasão da Unidade de Polícia Pacificadora na favela da Rocinha e como era a relação dela com os moradores ou transeuntes do lugar. Logo no começo do conto, o narrador fala que estava muito difícil conseguir comprar o “bagulho”, pois quem vendia não tinha coragem de se colocar naquela situação e por isso enviava crianças para fazer o trabalho. Além da intimidação de sua presença para com o tráfico, a polícia também intimidava moradores não somente por existirem ali, mas por debruçar força física contra a comunidade.

Bagulho fico doido, os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho. Tu tá ligado como eles é. Ainda mais com jornal tudo fechando com eles, tinha que ver. Os maluco achava uma pistola entocada, meia dúzia de radinho, pronto, já era primeira página, e vagabundo acreditando que eles ia acabar com o movimento (Martins, 2018, p. 31).

Certo dia, após violentar um grupo de jovens moradores da Rocinha, um policial, chamado de Macaco pelo narrador, se torna alvo de um morador com uma personalidade explosiva e irritadiça, chamado de Periquito, capaz de cometer atrocidades para manter o respeito dos outros com ele, respeito esse que ocorre através do medo. Não é explícita a relação de Periquito com o tráfico, porém é citado que ele havia cometido homicídio antes. Após emboscar o policial com a ajuda de uma moradora, o morador executa Macaco por vingança.

O conto é narrado em primeira pessoa por um personagem integrante da vida social da Rocinha. Dessa forma, pode-se notar a constante presença da oralidade, não somente para aproximar o leitor da realidade vivida pelo personagem, mas também para caracterizá-lo. A fala escrita do narrador aponta para uma variedade do meio em que ele vive, com linguagem despojada, uso de gírias e emprego de concordâncias desviantes da norma gramatical culta (mas que, no conto, certamente são deliberadamente escolhidas), permitindo que o leitor consiga situar, através dela, o meio social do protagonista, a periferia. Nota-se uma linguagem menos elaborada de acordo com a norma padrão por razões óbvias da precariedade de direitos que alguns sujeitos periféricos vivem. Além disso, a narração em primeira pessoa é dirigida a um interlocutor silencioso, o que promove a sensação de que se trata de um relato oral com esse interlocutor, referenciado como “tu”, “mano”, “menó”. No trecho seguinte, observa-se a presença de uma linguagem repleta de gírias, que demanda que o leitor decifre seus significados para entender a história.

Melhor coisa que tu fez, meu mano, sem neurose, foi ter se adiantado lá pro Ceará naquela época, papo reto. Bagulho ficou doido, os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho. Tu tá ligado como eles é (Martins, 2018, p. 31).

Sobre as marcas de oralidade no conto, é de suma importância ressaltar que elas representam a identidade de um grupo social, incentivando a criação, dentro da própria comunidade representada, de um sentimento identitário positivo. Segundo Coelho e Sparemberger (2020), essas marcas “configuram aspecto importante na escrita contemporânea, principalmente no quesito literatura marginal, pois sua utilização tem um significado que não deve ser desprezado pelo público leitor e muito menos pela crítica especializada”.

Para além da narração em primeira pessoa, é notável, na construção do ambiente e do tempo em que o conto é narrado, a exploração de fatos verossímeis, como a invasão das UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), em 2010, iniciada no Morro do Alemão. Dessa forma, o narrador consegue situar o leitor no tempo (aproximadamente a partir do ano de 2010), no espaço (ele fala que aconteceu na Rocinha, Rio de Janeiro) e na classe social a qual ele pertence, pois é o lugar em que mora.

Quando a UPP invadiu o morro, era foda pra comprar bagulho. Maior escaldação; ninguém queria botar a cara pra vender, só tinha criança trabalhando de vapor. Uns moleque de oito, nove anos. Tinha vez que sentia até pena de ver as criança naquela situação, mas o papo é que a gente se acostuma com cada bagulho sinistro, que pena é coisa que dá e passa rápido; geral continuou comprando droga (Martins, 2018, p. 31).

É presente integralmente na narração a violência sofrida pelos moradores da periferia, seja por parte da polícia (que comete violência do tipo simbólico e também dos tipos físico, psicológico e sistemático) ou por parte dos traficantes (que, apesar de não desferirem violência física contra o grupo estigmatizado, corroboram com a ideia de violência psicológica constantemente através de conflitos com as UPP, provocando medo nos moradores que convivem com confrontos armados entre os dois grupos).

Nessa que o movimento se levantou de novo, desentocou os fuzil, botou mais gente pra trabalhar, espalhou na moral os vapor, os atividade, pra voltar fazer dinheiro. No começo foi foda, bala comia direto. Já fazia pra mais de anos que não dava tanto tiro na Rocinha. Era papo de todo dia quase, de manhã a gente já ficava esperando os pipoco. No começo era só pra assustar os polícia, mostrar que ninguém aqui tava de bobeira, mas não demorou pra morrer gente dos dois lado (Martins, 2018, p. 32).

O narrador, sujeito socialmente estigmatizado, enfatiza a violência policial sofrida por moradores da periferia durante a invasão. Ele descreve as ações truculentas da polícia, que violenta o sujeito independentemente de ser morador ou traficante, estereotipando-o como causa da violência urbana e do tráfico de drogas. Desta afirmativa é possível fazer o mesmo questionamento de Dadalto (2023), que também recai sobre a estigmatização dos marginalizados: “As áreas e os grupos sociais marcados como violentos não são efeito de um sistema social profundamente injusto e de uma ideologia excludente?”. Posta a questão, é possível

verificá-la através das políticas de segurança pública e como elas se desdobram juntas aos seus instrumentos ativos, como ocorre no conto: o uso da força bruta dos policiais para com a população estereotipada.

Dessa forma, o conto em si, tendo uma característica de relato e por ser verossímil, serve como material (legítimo) de verificação dessa problemática, que condena essa população à violência institucionalizada. Ora, se por institucional tem-se o Estado – que deveria proteger a população –, como a utilização de seus instrumentos de segurança o torna instaurador da violência e, para além disso, um agente legalizador desta? Se a polícia, instituição responsável por zelar pela população, comete atos violentos contra os que deveria proteger, o que sobra para os socialmente marginalizados é a exclusão e extermínio, tornando-os desprovidos de voz, direitos, valor e indignos de viver.

Sobre a verossimilhança, destaca-se no conto uma possível alusão a um fato sobre as invasões da UPP em 2010. Coincidentemente, durante esse período existiu um policial chamado de “Cara de Macaco”, bem como no conto. Possivelmente as escolhas das palavras não foram equívocas pois, como o próprio autor afirmou em uma entrevista para a revista *Época* em 2018, seus contos são inspirados em suas vivências. Não há de fato uma confirmação de que o personagem “Cara de Macaco” seja a pessoa real com mesmo codinome, porém ambos têm em comum o fato de serem policiais e cometerem atos violentos contra a população periférica durante a invasão, como é possível ver em uma reportagem do G1 em 2016, entre outras fontes, como o jornal *O globo*, portal *Veja* etc.

Segundo o processo judicial, foi o soldado Douglas Roberto Vital Machado quem apontou Amarildo como responsável por guardar armas e drogas de traficantes na Rocinha. Sob a ordem do comandante major Edson, ele buscou o pedreiro em um bar da comunidade e o levou para a sede da UPP, “onde participou ativamente de sua tortura e morte” e também da ocultação do cadáver. A juíza destacou que ele era conhecido pelos moradores da Rocinha como um policial truculento, sendo apelidado de “cara de macaco” (G1, 2016).

Aprofundando a ação violenta legalizada, há uma expansão ideológica de violência instaurada e legitimada pelo mesmo sistema que legaliza a suposta “proteção à violência” contra a população em questão. Expansão esta que estigmatiza, estereotipa, promove preconceitos e influencia a sociedade a corroborar com os discursos exterminadores. Dessa forma, eles (os discursos) não apenas são

aceitos socialmente, mas tornam-se *status quo*, banalizando e edificando razões esdrúxulas de eliminação de um grupo vitimizado. Em outras palavras, criam-se lendas urbanas a respeito desses grupos, que se tornam, por sua vez, “bodes expiatórios do mal-estar social, ajudando a construção e circulação de estereótipos que legitimam processos de estigmatização” (Fernandes, 2014, p. 178). Essas lendas são responsáveis por promover a disseminação de atos violentos apoiados nesses discursos que perpetuam a ideia de que esses sujeitos são perigosos socialmente.

Nas representações de senso-comum os múltiplos actores da “exclusão” sofrem uma rotação da situação de vítimas para a de agressores, sendo construídos no debate público como figuras da perigosidade. O exemplo mais claro é o dos jovens das periferias desqualificadas, olhados como membros de gangs e como traficantes de drogas, fazendo destes territórios verdadeiros casos de polícia (Fernandes, 2014, p.179).

O conto aqui analisado é carregado em violência cotidiana e institucional, principalmente cometida por policiais, vivida por grupos e sujeitos marginalizados, periféricos. Este tipo de literatura nega uma pacificação do sujeito – ou seja, nega o silenciamento – e utiliza do texto para expor como é a vida desse grupo representado. É a voz do oprimido sendo ouvida, gritada, e protagonizando o seu lugar, tendo o lugar de fala. Dessa forma, a literatura “propõe a representação da violência como eixo para entendimento de sua caracterização formal e temática” (Ginzburg, 2000, p. 49).

A população estigmatizada (ou o sujeito estigmatizado) seria um exemplo do conceito de “vida não enlutada”, citado na tese de Dadalto (2023), também na tese de Kaline Selmira da Silva (2021) e proposto por Judith Butler, para quem o valor da vida é seletivo. Quem seria passível de luto? Que morte causaria indignação e comoção? Não se trata aqui de um ato individual, mas público e, por isso, político:

Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como “passíveis de ser enlutadas” (Butler, 2019, p. 52).

Ao analisar a violência sofrida pela população periférica, percebe-se que ela, diferentemente dos não desviantes socialmente, é alvo de dizimação sob a justificativa de que se trata de um ato de proteção com a sociedade. Logo, aqueles que são considerados desviantes de padrões socialmente aceitos tornam-se vítimas de uma estigmatização que valida e banaliza a seleção de vidas enlutáveis. Assim, os sujeitos periféricos deixam de ser vidas dignas de existência e são condenados a uma política de extermínio – legalizada e instrumentalizada pelo Estado, no caso do conto, as UPP.

#### 4.2 ANÁLISE DO CONTO “ESPIRAL”

O conto “Espiral”, do livro *O sol na cabeça*, de Geovani Martins, expõe como o preconceito e a estereotipia podem afetar a vida de uma pessoa. Narrado em primeira pessoa, o texto conta a história de um sujeito que mora na favela e à sua frente existe um condomínio fechado. Diante de algumas atitudes de pessoas estranhas, o narrador começa a persegui-las a fim de entender a razão por trás de elas agirem como se estivessem em perigo em sua presença. Porém ele se corrompe em meio aos discursos de valores negativos e começa a corroborar esses mesmos discursos, passando a gostar da intimidação e medo que ele causava.

Não há caracterização física alguma de qualquer personagem no conto, apenas possíveis faixas etárias e classe social. Talvez seja um recurso utilizado pelo autor para mostrar que a estereotipia e o preconceito não estão apenas no que ali está escrito, mas também na cabeça do leitor? Pois ao ler o conto é bem possível que a maioria das pessoas atribuam aos sujeitos periféricos (o narrador) características que já estão estigmatizadas socialmente, sendo uma consequência da circulação desses discursos que constantemente vinculam a ideia de sujeito periférico a pessoas negras, pretas, pobres, perigosas, “não civilizadas”.

[...] discursos que circulam na vida em sociedade e que correlacionam jovens residentes de regiões periféricas no Brasil a noções socialmente construídas de perigo, de anormalidade e de desumanidade, o que implica que estes sejam circunscritos como alvos privilegiados de práticas de extermínio (Piveta e Carvalhaes, 2021, p. 279).

Esses discursos não só implicam as noções de perigo, anormalidade e desumanidade, mas também deslegitimam e reduzem os indivíduos a “subfunções” e, conseqüentemente, desvaloriza-os:

Ademais, também são domiciliados, geralmente, nesse meio social todos aqueles que desempenham funções à margem da sociedade, cujas atividades, embora algumas vezes lícitas, são tidas como não “glamorosas” ou mesmo imorais, tais como prostituição, comerciantes informais, “flanelinhas”, “drogaditos”, entre outras (Silva e Ávila, 2015, p. 224).

Salienta-se que, na escrita do conto analisado nessa seção, diferentemente dos outros dois analisados no presente artigo, ocorre a utilização de uma norma padrão, com poucas marcas de oralidade. A concordância é algo a ser destacado pois em momento nenhum nota-se algum desvio. Seria esse recurso uma forma de demonstrar que o protagonista não é apenas um sujeito periférico, mas também é letrado, indo, assim, contra as estereotipias que circundam e caracterizam o sujeito periférico? Poderia a utilização desse recurso ser uma forma de o autor mostrar, através do narrador, que esses discursos, que implicam na correlação de jovens moradores das periferias a pressupostos pejorativos, estão presentes não só no conto, mas também na formação social do leitor? Estariam então forma e conteúdo ligados intimamente nesse conto?

O narrador discorre sobre como ele começou um experimento social que se resume a perseguir pessoas para entender a reação delas quando ele está próximo. Para compreender o motivo de sua aproximação incomodar, ele começa o conto narrando que é morador de uma favela e por isso as pessoas demonstram um receio, um medo, simplesmente por causa de sua origem. Diante disto, concorda-se com Silva e Ávila (2015, p. 224) quando afirmam que os periféricos “[...] são tidos como uma subclasse perigosa, já que é composta por uma massa heterogênea de cidadãos, com culturas e formações pessoais muito distintas, sem que se possa agrupá-los em uma unidade comum por ausência de uniformidade em desejos e aspirações”. Curioso com as atitudes e as reações das pessoas e sem entender o porquê de elas agirem de forma recuada, ele passa a intimidá-las com sua presença e com isso começa a persegui-las também.

Começou muito cedo. Eu não entendia. Quando passei a voltar sozinho da escola, percebi esses movimentos. Primeiro com os moleques do colégio

particular que ficava na esquina da rua da minha escola, eles tremiam quando meu bonde passava (Martins, 2018, p. 14).

Evidentemente no texto a estereotipia é um fator determinante capaz de modificar um sujeito. O narrador, que antes não entendia o discurso pejorativo por trás das atitudes das pessoas que com ele esbarravam, passa a reforçar tais discursos quando começa a intimidar e perseguir as pessoas que demonstravam algum incômodo com a presença dele. Embora o narrador seja vítima de preconceito e estereotipia relacionados a origem, raça e classe social, ele reforça outras formas de opressão, como o machismo, o etarismo, a própria cumplicidade com o estereótipo. Ele passa de vítima do preconceito sistêmico para cúmplice ao adotar o pejorativo que esse discurso propaga.

Logo no primeiro parágrafo do texto é possível perceber como a corrupção do protagonista ocorre em etapas, começando com um incômodo sobre a forma como uma senhora agia perto dele: “Principalmente quando passava na frente do colégio particular, ou quando uma velha segurava a bolsa e atravessava a rua pra não topar comigo” (Martins, 2018, p. 14). É importante salientar que, apesar de ela reproduzir um discurso estigmatizante, não se descarta a ideia de que ela também é vítima social de violência sistêmica, seja por machismo ou etarismo. Talvez, intencionalmente, o narrador escolha justamente como primeira **vítima** uma senhora referida quase sempre como “velha”, com exceção de quando ele lembra de sua avó e tenta humanizar a mulher que ele perseguia chamando-a de “senhora”: “Passado o turbilhão, fiquei com nojo de ter ido tão longe, lembrando da minha avó, imaginando que aquela senhora também devia ter netos” (Martins, 2018, p. 16).

Destaca-se a palavra “vítima” justamente por ser um fator referencial de que o narrador não está mais apenas estigmatizado, mas inclinado também a reproduzir atitudes opressoras tais quais ocorrem com ele. Dessa forma, o estigma lança ao estigmatizado condições degradantes que o diminuem e fazem com que ele seja manipulado facilmente pela estereotipia imposta socialmente.

Logo, partimos da perspectiva de que parte dos enunciados que circulam em determinados discursos e que implicam na correlação de jovens moradores das periferias a pressupostos pejorativos, se apresentam como “lendas” que contribuem na delimitação de padrões normatizantes na população brasileira (Piveta e Carvalhaes, 2021, p. 279).



O conto elucida uma forma de violência muito mais sutil que os dois anteriormente analisados neste artigo, pois não há uma agressão direta; são discursos internalizados e propagados socialmente desde a formação da sociedade brasileira, que modificam as atitudes dos sujeitos diante de determinado grupo estigmatizado alvo desses discursos degradantes; normalizam e banalizam tais estereótipos relacionando-as a males sociais como violência urbana, tráfico etc. Logo, apesar de não ocorrer alguma identificação física das personagens no conto, a informação da disparidade de realidades sociais vivida pelas personagens é suficiente para evidenciar a existência de pressupostos vinculados ao jovem periférico, à negritude, às classes populares e às periferias, condições determinantes que os padronizam e os colocam em um lugar de invisibilidade e/ou desviantes socialmente.

Demarcados por um estigma, uma marca de diferenciação, estes jovens são assinalados enquanto uma parcela da sociedade sob a qual a lei que vale é a “lei da bala”, e para os quais, muitas vezes, existem somente dois destinos de vida possíveis, “cemitério ou cadeia”, como muitas vezes ouvimos nas intervenções realizadas. Segundo Goffman (1993), o estigma está comumente relacionado a um processo de construção de significados que se articulam na vida em sociedade. Ao sujeito (ou grupo) estigmatizado é conferida uma série de atributos, que o circunscreve a uma noção estereotipada e desviante de existência (Piveta e Carvalhaes, 2021, p. 280).

A violência é introduzida na estrutura social e desenvolve-se como desigualdade (social, econômica, direito, poder) que resulta em chances desiguais de vida. Interessante é que apesar de o narrador não entender a razão de sua presença impor medo nas pessoas, ao fazer uma analogia entre o espaço físico e o social ele consegue exemplificar justamente o motivo disso ocorrer, ou seja, pelo fato de ele morar em uma periferia:

O que pouco se fala é que, diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo. É foda sair do beco, dividindo com canos e mais canos o espaço da escada, atravessar as valas abertas encarar os olhares dos ratos, desviar a cabeça dos fios de energia elétrica, ver seus amigos de infância portando armas de guerra, pra depois de quinze minutos estar de frente pra um condomínio, com plantas ornamentais enfeitando o caminho das grades, e então assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E, quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros (Martins, 2018, p.15-16).

O trecho acima caracteriza o espaço em que o narrador está inserido, expandido para além do físico, que seriam os becos, canos, escada, valas abertas, fios de energia elétrica, para o espaço social que ele ocupa, exemplificado nos sujeitos que o cercam como os amigos portando armas de guerra, ou até através da fala que determina diretamente a disparidade entre realidades, como “[...] assistir adolescentes fazendo aulas particulares de tênis. É tudo muito próximo e muito distante. E quanto mais crescemos, maiores se tornam os muros”. Além disso, pode-se ver a completude da situação ao ligar o trecho acima com a atitude das pessoas que estão na presença do narrador:

Nunca esquecerei da minha primeira perseguição. Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, era eu o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais de uma vez, pra não xingar a velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus (Martins, 2018, p. 15).

Conectar os dois trechos permite que uma análise mais profunda seja feita, pois em primeiro momento tem-se o espaço físico e social que o narrador vive, a periferia, e no segundo momento tem-se a concretização do fato estigmatizante, este seria o medo que a velha tinha a respeito dele. Pode-se ainda pegar outros momentos do conto em que alguma pessoa reagirá de maneira parecida com a da senhora do ponto de ônibus, como em:

Até que um dia, andava pela rua, era noite alta, um homem virou a esquina no mesmo momento que eu, trombamos. Ele levantou os braços, se rendendo ao assalto. Eu disse: “Fica tranquilo. E vai embora”. Depois de muito tempo sentia mais uma vez aquele ódio primeiro, descontrolado, aquele que enche os olhos d’água. Há tempos já tinha me abstraído da humilhação, e até mesmo da vingança (Martins, 2018, p. 17).

Independentemente de qual seja a interação escolhida entre o narrador e demais personagens do conto, todos têm em comum a reação de medo ou de estar em perigo enquanto na presença dele. Isso é suficiente para exemplificar e afirmar que a posição do periférico, socialmente, é malvista e a sociedade, em sua maioria, tem internalizado discursos valorativos negativos a respeito dos residentes dessas localidades. Dessa forma, o conto “Espiral”, além de romper com noções preconceituosas comumente disseminadas na sociedade – como o narrador ser periférico e utilizar uma norma culta –, também explicita discursos estigmatizantes

seja no nível do próprio conto (como as reações das pessoas na presença do narrador), seja no nível pragmático, quando o leitor utiliza seu conhecimento (inclusive a estereotipia) para interpretar o texto e caracterizar as personagens de acordo com seus conhecimentos extralinguísticos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os contos “Espiral”, “Rolézim” e “A história do Periquito e do Macaco”, do livro *O sol na cabeça*, de Geovani Martins, evidenciam de forma contundente a violência estrutural e institucionalizada, a estigmatização e a estereotipia enfrentadas pelos sujeitos periféricos na sociedade brasileira. Através de narrativas potentes e verossímeis, o autor confronta a dura realidade vivida por esses indivíduos, fazendo refletir sobre como os discursos pejorativos estão enraizados na sociedade e são reproduzidos de forma inconsciente.

Martins (2018) enxerga além dos estereótipos e preconceitos, ao enfatizar a humanidade e a complexidade dos personagens periféricos, principalmente ao criar narrativas que extinguem a caracterização física das personagens, exigindo do leitor uma leitura e uma descrição delas de acordo com a própria bagagem de vida. Dessa forma o autor não apenas apresenta o cotidiano de muitos periféricos, mas também faz o leitor refletir sobre as estereotipias e as consequências causadas por isso. Pode-se concluir que a violência estrutural e institucionalizada, a estigmatização e a estereotipia são realidades constantes na vida dos sujeitos periféricos, tornando-os vulneráveis a uma política de extermínio que é justificada como uma tentativa de zelo e bem-estar da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, Lisiani; SPAREMBERGER, Alfeu. Geovani Martins e a “dialética da marginalidade”: uma análise dos contos “Rolézim” e “Espiral”. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 2, p. 90-104, 2020. Mai-Ago.

DADALTO, Weverson. **Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski**. 2023. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Estudos Literários, Ufes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023. Cap. 3.

GINZBURG, Jaime. A violência constitutiva: notas sobre autoritarismo e literatura no Brasil. **Letras**, Santa Maria, n. 18/19, p. 121-144, 1999. Disponível em <https://is.gd/KCj7Rs>. Acessado em 30 dez. 2022.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARTINS, Geovani. Como a favela me fez escritor. **Época**, 06. mar. 2018b. Disponível em <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2018/03/geovani-martins-como-favela-me-fez-escritor.html>. Acesso em 18 julho 2024.

PIVETA, Ruth Tainá Aparecida; CARVALHAES, Flavia Fernandes de (2017). A Juventude das periferias como alvo da violência: uma análise sobre enunciados difundidos pela sociedade brasileira. **Psicologia Política**, 17(39), p. 277-292.

ROCHA, João César de Castro. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou: a ‘dialética da marginalidade’. **Revista Letras**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, n. 32, jun., 2007. p. 23-70. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11909>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, Ariane Floriano da; ÁVILA, Gustavo Noronha de. O estigma do jovem morador da periferia: um “rolezinho” criminológico sobre preconceito. **Revista da Faculdade de Direito Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 31, n. 1, p. 217-240, 2015. Jan/Jun.

JOÃO PEDRO CARNEIRO DE FREITAS

**VIOLÊNCIA E ESTEREOTIPIA NOS CONTOS “ROLÉZIM”, “A HISTÓRIA DO PERIQUITO E DO MACACO” E “ESPIRAL”, DE GEOVANI MARTINS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Letras-Português como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras-Português.

Aprovado em 14 de agosto de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Weverson Dadalto

Ifes – Campus Vitória

Orientador



---

Profa. Dra. Camila David Dalvi

Ifes – Campus Vitória

Examinadora



---

Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho

Ifes – Campus Vitória

Examinador